



CÂMARA DOS DEPUTADOS

NUNES LEAL
Deputado Federal

**MOBRAL — SUA AÇÃO
E SEU TRABALHO**

BRASÍLIA — 1976

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

MOBRAL — SUA AÇÃO E SEU TRABALHO

**Discurso pronunciado na Sessão de
16-6-76, pelo Deputado Nunes Leal.**

Coordenação de Publicações
BRASÍLIA — 1976

MOBRAL — SEDOC

Setor de Documentação

Registro n.º 2167 F

Origem Doação

Preço Cr\$ 100,00

Data 05 04 / 19 83

JK.
RUBRICA

O SR. NUNES LEAL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a UNESCO, órgão oficial da Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura, classifica como analfabeta a pessoa de 15 anos ou mais de idade que não saiba ler ou escrever um pequeno texto em algum idioma.

No Brasil a conceituação é idêntica, pois são consideradas alfabetizadas as pessoas capazes de ler e escrever um bilhete simples e, analfabetas, as que nada sabem ou apenas assinam o próprio nome.

Mesmo que sujeitos a erros, pela impraticabilidade de comprovação das respostas dos recenseados, os recenseamentos gerais são a melhor forma de se levantar o número de analfabetos de um país ou de uma região, e seus dados são aqueles sobre os quais se pode raciocinar e planejar.

Examinando nossos recenseamentos do corrente século, verificaremos que a percentagem de analfabetos, dentre a população de 15 ou mais anos de idade, variou de 65,3% no ano de 1.900 para 33,6% em 1970.

ANALFABETISMO NO BRASIL
QUADRO I

Anos	(A) População Total	(B) População de 15 anos e +	(C) Analfabetos de 15 anos e +	(D) Índice de (2) Analfab. (C/B)
1900	17.438.434	9.752.111	6.371.660	65,3%
1920	30.635.605	17.557.282	11.401.715	64,9%
1940	41.326.315	23.709.769	13.269.381	56,0%
1950	51.944.397	30.249.423	15.272.632	50,5%
1960	70.119.071	40.187.590	15.865.792	39,4%
1970	93.139.037	54.008.604	18.146.977	33,6%

Entretanto, se a percentagem de analfabetos, ainda que de forma lenta, foi reduzida, o aumento populacional de mais de 5 vezes entre 1900 e 1970 fez com que o número absoluto de analfabetos também crescesse de forma acelerada, passando de 6.371.660 para 18.146.977,

ou seja, três vezes mais, tornando-se o número de analfabetos em 1970 superior a toda a população do Brasil no início do século.

A preocupação do combate ao analfabetismo no Brasil vem de longa data, tendo sido iniciadas diversas campanhas nesse sentido, que não surtiram os efeitos esperados, principalmente pela escassez de recursos financeiros para sustentá-las.

A Constituição de 1891, incorporando dispositivo da denominada Lei Saraiva, de 1822, que alijava o analfabeto da representação política, vinha confirmar, no início da República, a importância que já no Império merecia esse problema.

A Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, de 1915, nascida no Clube Militar do Rio de Janeiro; a Cruzada Nacional de Educação, de 1932, já posterior à criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930; a Bandeira Paulista de Alfabetização, de 1933, são outras tantas iniciativas que, baseadas principalmente na participação das comunidades, sem respaldo financeiro específico também não alcançaram os fins a que se propunham.

Durante os anos 50, acentuou-se o interesse pela educação e foram tentadas experiências de alfabetização de adultos, em massa, através do Plano Nacional de Alfabetização, do Movimento de Educação de Base, que permanece atuante até hoje, e a Cruzada ABC, que cedeu lugar ao MOBREAL, em 1970.

A partir de 1964 a Educação passou a ser considerada o ponto fundamental do processo de desenvolvimento brasileiro, e todos os Planos de Governo consideraram-na como setor prioritário da vida nacional.

O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, a vigorar no período de 1967 a 1976, elaborado pelo Ministério do Planejamento, deu destaque ao "Diagnóstico da Educação Brasileira", num esforço sistemático de planejamento e renovação da administração da educação no Brasil.

O Salário Educação, destinado a complementar as despesas públicas com a educação elementar, a implantação dos primeiros ginásios polivalentes, dentro do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio, a criação e instalação de novas Faculdades e Universidades, públicas e particulares, foram medidas de melhoria e desenvolvimento dos sistemas regulares de ensino.

O ponto nevrálgico continuava sendo a impossibilidade de absorver, na rede regular de educação elementar, o elevado número de anal-

fabetos, ultrapassando a casa dos vinte milhões, que ameaçava entrar o próprio desenvolvimento do País, que não tinha como formar, nas quantidades necessárias, os técnicos e a mão-de-obra especializada de que é carente.

Alguma coisa nova, fora dos padrões normais do sistema regular de ensino, teria que ser feita, para quebrar o círculo vicioso de reduzir a percentagem de analfabetismo e aumentar o número de analfabetos.

Foi dentro desse espírito renovador, utilizando as experiências de tentativas passadas, que a Lei nº 5.379, do Congresso Nacional, de 15 de dezembro de 1967, criou o MOBRAL, com o ambicioso programa de reduzir o analfabetismo no Brasil entre 5% e 10%, até 1980.

O MOBRAL não surgiu como mais uma tentativa isolada de combater o analfabetismo, mas como parte de um contexto geral, em apoio ao ensino regular, sem com ele competir.

Tratando-se de programação de largo vulto, necessitando da colaboração do Governo Federal, dos Estados e Municípios, das Igrejas, das associações de classe e, sobretudo, do decidido apoio das comunidades, o MOBRAL, criado em fins de 1967, somente pôde iniciar seu efetivo funcionamento em 8 de setembro de 1970, dia consagrado, internacionalmente, à alfabetização.

Os recursos principais do MOBRAL viriam de uma parcela da Loteria Esportiva Federal, cujo montante inicialmente era de difícil previsão, pois que ela, também, dava seus primeiros passos em 1970.

Em seu primeiro ano o MOBRAL recebeu apenas 6,75% do faturamento da Loteria Esportiva Federal, parcela que, em virtude do sucesso da Loteria, foi reduzida para 5,4%, em benefício de outros programas do MEC e que, em 1976, deverá ser novamente reduzida para 4,3%, passando a ser o menor dos beneficiários da Loteria.

Apesar do Decreto-Lei nº 1.124, de 1970, que possibilita deduções no Imposto de Renda para os empresários que pretendam colaborar com o MOBRAL, permitindo a captação de recursos, mas sem a garantia de quantitativos fixos e permanentes, o MOBRAL tem de contar com os recursos provenientes dos convênios com os Municípios para complementar o pagamento dos professores.

Implantado pelo Ministro Jarbas Passarinho, tendo como presidente o atual Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, o

MOBRAL manteve continuidade de programas e intensificou seus trabalhos, com integral apoio do Ministro Ney Braga e sob a presidência do ilustre Engenheiro Arlindo Lopes Corrêa, seu ex-Secretário Executivo, de 1972 a 1974.

O sucesso do MOBRAL se deve, sobretudo, à objetividade de seu trabalho, ao realismo com que seus dirigentes, a começar dos Ministros da Educação Jarbas Passarinho e Ney Braga, encararam e orientaram seus programas de ação, dentro da realidade brasileira, buscando a colaboração das lideranças municipais, estimulando os professores que colocam no cumprimento de suas missões idealismo e amor ao Brasil, pois que seus salários são extremamente reduzidos.

Funcionando em salas improvisadas, em residências particulares, em sedes de clubes, em choupanas espalhadas pelo nosso vasto interior, iluminadas muitas delas à luz de candeeiro, com dificuldade de material didático, de livros, de cadernos, o MOBRAL vai entretanto, cumprindo sua missão de reduzir o número de analfabetos de nosso País, de estimular e acionar as comunidades para esse gigantesco esforço de abrir novas perspectivas de vida para milhões de brasileiros, de concorrer decisivamente para a maior tarefa nacional, que é o desenvolvimento do Brasil através da valorização de seu povo.

Após menos de 6 anos de efetivo funcionamento, o MOBRAL pode, orgulhosamente, apresentar ao País o saldo de quase 9 milhões de brasileiros alfabetizados, reduzindo a percentagem de analfabetos de 33,6% para 18,8% e diminuindo seu número absoluto de 18.146.891 para 11.792.183.

"MOBRAL" 5 ANOS/CARACTERÍSTICA-ANO

BRASIL

	Conveniado	Alfabetizado	Produtividade (%)
1970	507.567	172.089	33,9
1971	2.590.061	1.081.320	41,7
1972	4.234.871	2.042.683	48,2
1973	4.931.100	1.784.397	36,1
1974	4.738.131	1.923.922	40,6
1975	4.332.411	1.652.643	38,1
TOTAL	21.334.141	8.657.054	40,5

Nota: O MOBRAL, é bom lembrar, só passou a funcionar em 8 de setembro de 1970.

ANALFABETOS NO BRASIL

	1970			1975		
	Pop. de 15 anos e +	Analfab. de 15 anos e +	Índice de Analfabetismo	Pop. de 15 anos e +	Analfab. de 15 anos e +	Índice de Analfabetismo
AC	108.312	59.384	54,8	1.27.897	20.266	15,8
AL	866.851	534.946	61,7	1.001.507	229.314	22,9
AM	497.666	189.542	38,1	597.380	34.317	14,1
AP	57.197	19.534	34,2	76.506	12.518	16,4
BA	4.098.095	2.115.232	51,6	4.693.438	1.829.200	39,0
CE	2.377.249	1.297.711	54,6	2.767.945	1.091.812	39,4
DF	310.097	53.938	17,4	675.524	37.356	5,5
ES	882.374	303.151	34,4	1.050.010	170.803	16,3
GB	2.967.949	316.726	10,7	3.280.067	227.902	6,9
GO	1.605.703	632.073	39,4	2.028.915	517.498	25,5
MA	1.628.653	973.219	59,8	1.748.480	610.587	34,9
MG	6.523.619	2.326.759	35,7	6.869.971	1.325.349	19,3
MT	870.384	303.968	34,9	1.129.423	200.333	17,7
PA	1.171.229	392.894	33,5	278.947	1.431.844	19,5
PB	1.321.681	730.080	55,2	1.462.106	58.802	4,0
PE	2.901.149	1.459.089	50,3	3.322.608	735.330	22,1
PI	881.247	535.058	60,7	1.062.415	321.924	30,3
PR	3.779.596	1.204.885	31,9	4.839.928	853.127	17,6
RJ	2.823.729	675.041	23,9	3.386.230	278.302	8,2
RN	851.503	461.313	54,2	1.032.501	323.735	31,4
RS	4.065.335	802.886	19,7	4.523.779	535.311	11,8
RO	60.384	21.550	35,7	75.936	13.462	17,7
RR	20.206	7.498	35,9	24.674	5.532	22,4
SC	1.596.012	321.104	20,1	1.903.819	79.449	4,2
SE	486.144	261.239	53,7	538.586	201.726	37,5
SP	11.254.921	2.148.021	19,1	13.130.093	1.749.281	13,3
Brasil	54.007.985	18.146.891	33,6	62.781.581	11.792.183	18,8

E não foi só na alfabetização — o que já seria muito — que o MOBREAL atuou. Seu presidente, Engenheiro Arlindo Lopes Corrêa, que substituiu o Ministro Simonsen, quando este foi convocado pelo Presidente Ernesto Geisel para a pasta da Fazenda, manteve a estrutura da organização e garantiu toda a lógica em que a organização se baseia. Em sua administração, que começou exatamente no início do atual Governo, foi implantada a Educação Integrada.

Mas, que é Educação Integrada, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

É exatamente uma conseqüência feliz da alfabetização. O homem se alfabetiza, passa a sentir a necessidade de ampliar seus conhecimentos. Para que isso aconteça existe a Educação Integrada. Trata-se de um curso compacto de doze meses de duração, cujo término corresponde ao antigo curso primário e, dessa forma, amplia as oportunidades daqueles que infelizmente chegaram à adolescência e à vida adulta sem saber ler e escrever. Com esse curso, o MOBREAL já conse-

guiu dar o equivalente ao primário a mais de 2 milhões e 500 mil pessoas.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Vasco Neto.

O Sr. Vasco Neto — Deputado Nunes Leal, V. Exª sempre que ocupa a tribuna diz algo de útil, de positivo, e por isso nós todos o ouvimos com respeito e admiração. O problema da educação no Brasil, notadamente agora, com a educação integrada basilarmente sustentada pelo MOBREAL, é, realmente, um fato relevante que precisa ser ressaltado dentre as grandes obras que a Revolução brasileira realizou. Parabéns a V. Exª

O SR. NUNES LEAL — Agradeço-lhe o aparte que com prazer insiro no meu pronunciamento.

O MOBREAL é, na verdade, uma grande agência de desenvolvimento social, nesta hora em que os técnicos já reconhecem que o desenvolvimento social é tão importante para o destino de uma grande nação como o desenvolvimento econômico. Não há exagero em dizer que o MOBREAL é, de fato, a maior agência de desenvolvimento social do País. Atua ele em todos os 3.953 municípios brasileiros, e sua ação não se restringe apenas a ensinar informalmente, mobilizando para isso todos os recursos comunitários com que possa contar.

Tem o aparte o nobre Deputado Rômulo Galvão.

O Sr. Rômulo Galvão — Nobre Deputado Nunes Leal, também me perfilo entre os que têm, nesta Casa, divulgado a ação do MOBREAL e, até certo ponto, prestado apoio legislativo a esse grande movimento. Realmente, é meritória a campanha que o MOBREAL vem desenvolvendo no País, mas não pode ser considerado sucedâneo nem substitutivo da obrigação fundamental do Governo, qual seja a de garantir escolarização gratuita à faixa populacional dos 7 aos 14 anos, secando, assim, a própria fonte do analfabetismo que justificou e ainda justifica a ação do MOBREAL. As duas atividades governamentais podem ser perfeitamente conjugadas. À medida em que o Governo incrementa a matrícula obrigatória da nossa juventude, é mister também que se dê atenção à faixa da população acima dos 35 e que vivia relegada, ausente dos próprios conhecimentos da sociedade moderna e que agora encontra oportunidade de se integrar no mundo do progresso e do desenvolvimento. Sabemos que a ação do MOBREAL já extrapola, para melhor, da mera atitude, da mera função alfabetizadora e se reveste de contornos sociais visando ao desenvolvimento global da sociedade brasileira, especialmente através de programas de formação de mão-de-obra

e capacitação para o trabalho. Quero, portanto, neste momento em que me associo às homenagens prestadas ao MOBRAL, registrar por exemplo, projeto que acaba de ser executado no meu Estado, a Bahia, que consistiu no treinamento de centenas de tratoristas, feito pelo MOBRAL, dentro de seu programa de treinamento profissional, em articulação com os órgãos da administração estadual, especialmente a Secretaria de Agricultura, a fim de prover as comunidades rurais de um tipo de mão-de-obra semi-especializada de que elas tanto necessitam para desenvolver seus programas de fomento à agricultura com um mínimo de tecnologia. Associo-me, portanto, ao justo reconhecimento que se faz ao trabalho desenvolvido pelo MOBRAL em nosso País.

O SR. NUNES LEAL — Agradeço a V. Exª o aparte e os elementos novos que apresenta para enriquecer o nosso pronunciamento.

Prosseguindo, Sr. Presidente:

Ele montou uma estrutura muito sólida, que está sendo aproveitada para um sem-número de atividades, todas elas diretamente vinculadas ao objetivo do Governo Geisel, que é o de integrar toda a nossa população no progresso do País. Além disso, o MOBRAL é exportador de tecnologia para alfabetização e já a fornece a mais de dez países. Conquistou, inclusive, o Prêmio Internacional Reza Pahlevi, prova maior do reconhecimento da eficiência de seu trabalho. Quando da realização, na sede do MOBRAL, no Rio, do Seminário Internacional sobre Educação de Adultos, promovido pela UNESCO, a própria representante da Índia, segundo país do mundo em população, Sra. Doraswaimys, reconheceu publicamente a importância de nossa iniciativa e anunciou que levaria a seu governo, em detalhes, o que se fazia no Brasil em matéria de educação de adultos, para que o exemplo fosse seguido na Índia. Muitos outros participantes manifestaram-se no mesmo sentido.

O Sr. Célio Marques Fernandes — Nobre Deputado Nunes Leal, não é necessário repetir que V. Exª honra imensamente a bancada do Rio Grande do Sul. Os temas que traz a debate são sempre sérios e de interesse da coletividade. Meus parabéns pelo trabalho que está apresentando. Graças a Deus surgiu no País o MOBRAL. Quando todos pensavam que o Brasil cada vez maior número de analfabetos apresentaria, eis que veio o MOBRAL e está nesta luta para que nosso País seja colocado na posição que merece perante as demais nações. Sou um apaixonado como V. Exª por esse movimento. Graças ao tirocínio, à dedicação e ao esforço daqueles que dirigem o MOBRAL, hoje contamos com resultados positivos. Dou-lhe a minha inteira solidariedade.

Dessa tribuna, tenho falado algumas vezes sobre o MOBRAL. Estou orgulhoso por vê-lo debater problema tão sério, tão delicado e, acima de tudo, tão brasileiro. Parabéns a V. Ex^a

O SR. NUNES LEAL — Muito obrigado, nobre Deputado Cêlio Marques Fernandes. Todos nós conhecemos o seu trabalho em prol da educação, não só como parlamentar, mas como membro do Executivo.

A estrutura que o MOBRAL implantou foi de tal forma sólida, que muitas outras iniciativas, igualmente voltadas para o desenvolvimento social, foram desencadeadas, para aproveitar sua grande capacidade de ação e de resposta aos problemas que se lhe apresentam, e também para que possam ser acompanhadas mais de perto pelos responsáveis pela execução dos programas. O próprio ex-diretor do Departamento de Educação da UNESCO, professor John Cairns, canadense, considerado uma das maiores autoridades mundiais em matéria de educação, reconheceu a capacidade elástica que o MOBRAL conseguiu implantar e defendeu a extensão do movimento educacional que iniciou para um sem-número de outros setores. Reconheceu ele uma verdade universal dos dias de hoje: o processo da educação é permanente e progressivo e, portanto, dinâmico. Por ser dinâmico, exatamente por isso, é que não pode ficar contido a propósitos estáticos e, sim, deve crescer e ir-se expandindo como semeador do desenvolvimento em todas as áreas que possa atingir.

Dentro desse espírito tão moderno quanto modernizador, nasceram no MOBRAL e foram lançados no País programas como o de Desenvolvimento Comunitário e o Programa de Educação Sanitária. O Programa Diversificado de Ação Comunitária — PRODAC — tem como objetivo fundamental promover a integração dos habitantes de todas as comunidades do País, tanto na alfabetização quanto em todo o processo educativo, além da melhoria das condições da vida urbana dos municípios brasileiros.

O Programa de Educação Sanitária está sendo realizado em conjunto com o Ministério da Saúde, e seu objetivo fundamental é o de promover a melhoria das condições sanitárias do País, através da educação, pois hoje já se estabeleceu como princípio que a saúde depende dos níveis de educação aos quais está indissoluvelmente ligada, já que esta influi diretamente no comportamento e, por isso, cria hábitos essenciais de higiene, que se refletem integralmente sobre o meio ambiente e, portanto, sobre os padrões sanitários.

É de notar que o MOBRAL, além de sua atuação na área educacional, através de alfabetização de adultos e adolescentes e dos cursos

de Educação Integrada, da ação comunitária, profissionalizante e, agora, sanitária, já dá grande contribuição ao desenvolvimento cultural no País. Desde 1974, com a inauguração do primeiro posto cultural na Bahia, isto já se vai tornando uma realidade cada vez mais ampla. Hoje, o MOBREAL já possui cerca de dois mil postos em território nacional. E, mais ainda, seis mobraltecas que circulam por toda parte — espécie de caminhões de cultura, a levar meios de diversão e de conhecimentos aos municípios mais longínquos onde, antes, nada chegava.

E além dos postos fixos e móveis, há que ressaltar o programa radiofônico “Domingo MOBREAL”, irradiado pelo Brasil inteiro através de uma rede de 144 emissoras, todos os domingos, a partir de 10 horas da manhã. Trata-se de programa que não só transmite entrevistas, músicas e informações de vários setores de atividade e criação, como literatura, arte, esporte, história etc., como também atende maciçamente aos seus ouvintes, respondendo cartas, apresentando números musiciais e outros assuntos solicitados.

E notem, ao mesmo tempo, a eficácia da filosofia do MOBREAL Cultural. Ele não vai às regiões mais distantes apenas presentear as populações com os conhecimentos e experiência dos centros urbanos mais desenvolvidos tecnologicamente. Também recolhe e nos traz, de volta, a infinita gama de manifestações criadoras das cidades e vilarejos, que, embora menos aquinhoados pelo desenvolvimento econômico, têm o que dizer em matéria de arte, artesanato, pensamento e organização comunitária. E, num País como o nosso, com grande variação de realidades culturais, essa intermediação é enriquecedora e constitui trabalho inobjetavelmente pioneiro.

“Cultura” — como diz o próprio documento básico do plano de ação do MOBREAL — “é a passagem do homem pelo mundo, ele próprio, seu eco, seu rastro, sua sombra”. Comprova-se, assim, que não se trata de uma visão de elites, mas de captar o desdobramento de todas as atividades dos seres humanos, desde as mais humildes e despreziosas, até aquelas mais sofisticadas. A passagem do MOBREAL, portanto, não é efêmera — é aquela de fertilização nacional, de integrar, de modo crescente, nossos habitantes com todas as potencialidades de uma nação.

Por isso mesmo, aí estão todos os estímulos à invenção, à criação. São as exibições cinematográficas; as publicações e empréstimos maciços de livros, feitos nos postos ou pelas mobraltecas; a organização de *shows* e de grupos de teatro amadores; os encontros de bandas de música; as distribuições de fitas, contendo gravação de composições

musicais eruditas e populares; o incentivo ao folclore; a entrega de material de trabalho para artes plásticas e artesanato, além do cadastramento de todos os artesãos do País, enfim, uma série de iniciativas sem paralelo, se fizermos um retrospecto do que ocorria outrora entre nós.

Concluiu-se recentemente a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre o Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL — que teve como fato determinante de sua origem a celebração de convênio com os municípios para alfabetização dos excedentes das escolas primárias, da faixa etária de 9 a 14 anos.

O primeiro convênio para execução desse programa, que inicialmente se denominava de Infante-Juvenil, foi firmado entre o MOBRAL e a Prefeitura de Porto Alegre, visando ao atendimento de crianças de 9 a 14 anos, sem escolas e, por consequência, sem possibilidade de se alfabetizarem pelo sistema regular de ensino.

Convênios desse tipo, firmados posteriormente em municípios da Bahia, Alagoas e Paraíba, dado seu resultado positivo no Rio Grande do Sul, provocaram reações dos que os julgavam prejudiciais ao sistema educacional brasileiro e um desvirtuamento das finalidades básicas do MOBRAL, podendo gerar consequências altamente negativas, como a fuga dos cursos primários regulares, pela perspectiva de uma alfabetização mais rápida pelo MOBRAL que, evidentemente, pelo prazo mesmo de sua duração, não pode ter as mesmas condições de ensino.

Através de convênios com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, o MOBRAL se propunha atender a clientela de 9 a 14 anos não absorvida pelo Sistema Regular de Ensino, de acordo com as seguintes prioridades:

1 — Analfabetos — faixa etária de 13/14 anos; Educação Funcional — curso de 5 meses de duração.

2 — Alfabetizados — faixa etária de 13/14 anos; Educação Integrada — curso de 9 meses de duração. A absorção desses alunos, pelo Sistema Regular de Educação, deveria ocorrer na 5ª série.

3 — Analfabetos — faixa etária de 9/12 anos; o Programa teria a duração de 9 meses, com 4 ou 5 meses destinados à fase de Alfabetização Funcional e, respectivamente, 4 ou 5 meses destinados à fase de Integração. A absorção desses alunos, pelo Sistema Regular de Ensino, deveria ocorrer na 3ª série ou na série em que melhor se ajustassem.

4 — Alfabetizados — faixa etária de 9/12 anos; o Programa teria a duração de 9 meses com conteúdo previsto para a fase de Integração. A

absorção desses alunos, pelo Sistema Regular de Ensino, deveria ocorrer na 4ª série, ou na série a que melhor se ajustassem.

A ilustre educadora Anna Bernardes da Silveira Rocha, Diretora-Geral do DEF do Ministério da Educação, em memorial dirigido ao Exm^o Sr. Ministro da Educação, apresenta as seguintes ponderações relativas ao Programa de Recuperação dos Excedentes do MOBREAL:

“3.1 — A principal delas envolve-se com o planejamento. Será indispensável que não se programem recursos, apenas, para a “Recuperação dos Excedentes”, mas os correspondentes ao apoio aos sistemas estaduais, de modo a capacitá-los a receber, anualmente, como se propõe, o enxerto de um milhão de estudantes a mais, no ensino regular. Como se verifica, do estudo, o ensino regular não é tão barato quanto o do MOBREAL, daí que os recursos para ele devem ser estimados em maior monta.

3.2 — Os custos podem levar-nos à consideração de que, no caso, haveria conveniência de se injetarem recursos no MOBREAL e estabelecer-se, em termos de duração imprevisível, um sistema paralelo de atendimento do 1º grau. Aqui será preciso considerar-se a necessidade de estudo para o problema de qualidade entre as ofertas de educação (não ensino) do MOBREAL e do Sistema Regular.

3.3 — Como parece fácil de entendimento, pelos sistemas estaduais de ensino, da demanda do 1º grau da zona urbana, 92,6% de escolarização em 1974 (dado do próprio MOBREAL) — entende-se que a ação do Programa de Recuperação dos Excedentes (embora não explicitada) deverá exercer-se na zona rural, onde existe a escassez de escolarização. Nesse sentido, os recursos para inserção dos alfabetizados, no Sistema Regular, deverão ser programados tendo em vista o desenvolvimento do ensino pela administração municipal, preferentemente.”

O Sr. Nasser Almeida — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NUNES LEAL — Com muito prazer.

O Sr. Nasser Almeida — Nobre Deputado Nunes Leal, estava ouvindo em meu gabinete o brilhante discurso que V. Ex^a faz nesta tarde a respeito do MOBREAL. Testemunho aqui, como representante do Estado do Acre pela ARENA, o trabalho sério e dedicado que a Professora Iris Célia Cabanellas Zannini vem desenvolvendo à frente

do MOBRAL no meu Estado. Nesta oportunidade desejo associar-me ao magnífico discurso de V. Ex^a, enviando os parabéns ao Professor Arlindo, Presidente da Direção Central do MOBRAL, no Brasil. Parabenizo V. Ex^a, igualmente, pelo brilhante pronunciamento que faz.

O SR. NUNES LEAL — Agradeço a V. Ex^a o aparte, mais uma contribuição e mais uma comprovação do trabalho notável que o MOBRAL vem fazendo em todo o Brasil.

Concluindo o seu relatório, diz a ilustre educadora ao Ministro Ney Braga:

“4 — Como se observa, Senhor Ministro, o fulcro da questão parece residir na necessidade de correspondência entre os resultados da ação do MOBRAL, de um lado, e a necessidade de respaldo, aos sistemas de ensino, para a continuidade do atendimento a esses alunos, do outro lado.

4.1 — É natural que as Secretarias de Educação, sob a pressão de autoridades do MEC, coloquem à disposição do MOBRAL, por exemplo, os 50 técnicos que o Programa vai exigir. Sabemos o que isto pode representar como esvaziamento para o ensino regular.

4.2. — É natural que as Secretarias de Educação não tenham acesso aos controles de matrícula do MOBRAL e muito pouco poderá ser feito no sentido de impedir-se na zona urbana, principalmente, que o atrativo da *rapidez* para o recebimento de um certificado, determine a superposição de matrículas — no MOBRAL e no regular — ou esvaziamento do ensino regular. Das vantagens do procedimento não estamos segura e suas razões careceriam de exame.

4.3. — Outro problema a considerar é o relacionado a em que grau a pressão da ação-MEC forçará a administração estadual ou municipal de ensino, a despender recursos para o programa a que se propõe, com prejuízo dos programas de ensino regular.

5 — Tais considerações, efetivamente, não pretendem minimizar o valor do “Programa de Recuperação de Excedentes”, mas deixa claro que, se ele pretende ser o mecanismo para correção das distorções que se apresentam no ensino regular, a esse deve ser assegurada a plenitude de seu funcionamento, considerado o impacto da ação supletiva.”

Aceitando as judiciosas ponderações da ilustre Diretora-Geral do DEF, caberia indagar se, mesmo na hipótese de não haver recursos para a absorção pela cadeia de ensino regular de todos os alunos que freqüentassem o "Programa de Recuperação de Excedentes", mesmo que muitos deles tivessem que parar nessa primeira etapa, ainda assim não seria melhor que deixá-los analfabetos como inevitavelmente ficarão?

Não pretendo insinuar que o MOBRAL esteja sempre certo em suas decisões. Com apenas 5 anos de atividade, sem modelo a que possa recorrer em qualquer parte do mundo, construindo sua própria experiência num pioneirismo notável, o MOBRAL necessita de colaboração, e seus programas devem ser examinados e discutidos por todos os técnicos especializados em seu setor de ensino.

Mas não podemos fugir à realidade brasileira e, com humildade, devemos fazer o melhor possível, embora muitas vezes nos distancieemos do desejável ideal com que todos sonhamos.

A ilustre Professora Clorinda Emília de Sordi, coordenadora do MOBRAL no Rio Grande do Sul e uma das mais lúcidas e eficientes colaboradoras desse Órgão, em declarações publicadas pela revista "Visão", de 10 de novembro de 1975, ressaltando que felizmente o quadro carencial não ocorre no Rio Grande do Sul, onde 93% das crianças em idade escolar têm condições de freqüentar a escola, assim se expressou:

"Muita celeuma foi levantada em torno do fato de o MOBRAL estar alfabetizando crianças, no programa infanto-juvenil. Acho que a meta principal do MOBRAL, ou seja, aplicação de recursos na alfabetização de adultos, é um trabalho compensatório. Para as crianças de 7 a 14 anos existe a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino.

Todas as crianças dessa idade deveriam estar na escola. Mas entre a minha opinião e a realidade pode haver uma grande distância. Por que não preencher essa distância com o trabalho do MOBRAL, levando-o a integrar à sociedade crianças que, por qualquer motivo, tenham deixado de freqüentar a escola? Sabe-se que alguns Estados apresentam quadros de carência no que diz respeito ao número de professores, escolas, plano educacional etc. Se há lugar, por que não permitir que as crianças freqüentem esses cursos de alfabetização?"

O Sr. Jader Barbalho — Permita V. Ex^a Nobre Deputado, estou ouvindo atentamente seu pronunciamento e desejo, neste aparte, traduzir minha solidariedade à manifestação que a educadora fez ao Ministro da Educação. Parece que o grande defeito do Programa Nacional de Alfabetização reside na falta de continuidade. Tenho constatado, em cidades do interior do meu Estado, que depois de algum tempo os alunos alfabetizados pelo MOBRAL praticamente esqueceram tudo o que aprenderam e apenas conseguem lembrar-se da sua assinatura, talvez por uma questão de vaidade pessoal. O MOBRAL não oferece continuidade, principalmente para o homem do campo, que não tem jornais nem letreiros para ler. É como se fizéssemos um treinamento rápido em uma língua estrangeira e não tivéssemos condições, depois, de exercitá-la. O tempo nos faria esquecer. O mesmo ocorre com o adulto alfabetizado pelo MOBRAL. Parece-me que o MOBRAL só será válido se tiver continuidade. Fora disso, é dinheiro que o Brasil joga fora.

O SR. NUNES LEAL — Agradeço a V. Ex^a o aparte. Nobre Deputado, o MOBRAL é um órgão novo e precisa adquirir experiência. O que V. Ex^a observa estamos procurando corrigir através de cursos de integração, profissionalizantes e de extensão, para alunos que terminam o MOBRAL. Há pouco, um Deputado da Bahia falava-nos a respeito da formação de tratoristas naquele Estado, com o aproveitamento de antigos alunos do MOBRAL, que assim prossegue sua missão, oferecendo novos cursos àqueles que dele receberam a primeira instrução. Evidentemente, esse problema não ocorre apenas no MOBRAL, mas em todos os cursos. Quando o aluno abandona o ensino, deixando de estudar, regride. Isso não apenas no MOBRAL, mas até no curso primário regular.

Prosseguindo, Sr. Presidente:

Também o ilustre Ministro Mário Henrique Simonsen, quando Presidente do MOBRAL, em resposta a uma indagação do nobre Senador João Calmon, se um curso de 5 meses não violaria o preceito constitucional que impõe ao poder público o dever de proporcionar a todos os brasileiros um curso primário completo e gratuito, assim se expressou:

“A própria existência do MOBRAL significa que, apesar do idealismo da Constituição, nunca foi possível cumprir exatamente aquilo que se dispunha, que era garantir a todo o cidadão o ensino primário gratuito na idade em que ele deve ir para o curso primário.”

Considerando ser o MOBRAL um instrumento temporário destinado a consertar alguma coisa que deveria ter sido feita antes e que por alguma razão não pode ser feita, prossegue o então Presidente do MOBRAL:

“A razão, aí, evidentemente, é de ordem econômica, porque as Constituições sempre disseram uma série de coisas mas não mediram o que essas coisas custavam em percentagem do Produto Nacional Bruto, e às vezes as garantias constitucionais somadas davam mais de 100% do Produto Nacional Bruto, o que era uma inviabilidade aritmética. Assim, o que sucedeu, de fato, foi que gradativamente a rede escolar se ampliou mas, ainda hoje, ela está muito longe de atender à totalidade de nossa população, como seria desejável, no que diz respeito ao curso primário completo, e agora ao ensino fundamental, que são oito anos.”

Prossegue ainda o então Presidente do MOBRAL.

“Obviamente, para o Brasil, o ideal é que o MOBRAL não existisse, por ser desnecessário; em outras palavras, que todas as crianças chegassem aos 14 anos com o seu primário completo. Uma vez que isto não acontece, e não é realista supor que isto possa acontecer imediatamente, então é preciso que tenhamos o MOBRAL, mas que o MOBRAL não sirva de desculpa para qualquer enfraquecimento nos esforços da expansão da rede regular de ensino.”

Também, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o estabelecimento da idade limite de 15 anos para o atendimento do MOBRAL parece-me merecer algumas considerações.

A permissão constitucional para que menores, a partir de 12 anos, trabalhem — (art. 165, X) — como ressalta o nobre Senador José Lindoso em seu relatório da CPI do MOBRAL, “significa o rendimento do legislador constituinte ao duro realismo do pauperismo de grande faixa da população, revelando a sua marginalização e a impossibilidade de estudar”.

Como não existem cursos primários regulares noturnos, qual a alternativa para os menores entre 12 e 15 anos, que necessitam trabalhar para a própria sobrevivência da família e que, por lei, só podem fazê-lo durante o dia, sendo-lhes, acertadamente, vedado o trabalho noturno?

Sabemos também que um menor de 12 anos acima, que ainda não se matriculou no curso primário, dificilmente teria condições, até mesmo psicológicas, de iniciar o aprendizado no primeiro ano primário, junto com crianças entre 7 e 8 anos, em sua grande maioria.

O MOBRAL foi criado para alfabetizar adolescentes e adultos que por qualquer motivo não puderam frequentar os cursos de ensino regular.

Se está bem definida a conceituação de adulto, não consegui encontrar resposta quanto ao exato limite etário da adolescência. Em que idade começa a adolescência? Aos 15 anos? Estará ela mais subordinada às condições pessoais de cada um ou a um rigoroso critério cronológico de idade?

Por que não considerar os menores entre 12 e 15 anos, principalmente aqueles que as duras condições de vida obrigaram a amadurecer mais cedo, tendo que assumir as responsabilidades de trabalhar, já na faixa dos adolescentes e, portanto, dentro da área de atendimento do MOBRAL?

Por que não aceitar como normal que nas áreas carentes de ensino regular, quer se trate do interior afastado, quer se trate dos bairros pobres das grandes cidades, possa o MOBRAL atender aos jovens entre 12 e 15 anos, pelo menos àqueles que trabalham durante o dia e não lhes resta outra alternativa para se alfabetizarem?

Como adiar um encargo que inevitavelmente recairá sobre o MOBRAL e cujo adiamento tanto prejudica os jovens interessados em alfabetizar-se?

Deixo essas considerações, Sr. Presidente, ao exame judicioso dos técnicos do MOBRAL e do Ministério da Educação, pois a realidade do alto índice de analfabetismo no Brasil e a impossibilidade do atendimento pelo ensino regular de todos os brasileiros, compreendidos na faixa etária dos 12 aos 15 anos, não poderão ser solucionadas simplesmente por preceitos constitucionais, por mais idealistas e impositivos que sejam.

Ao Presidente Médici, ao Ministro Jarbas Passarinho e ao Presidente do MOBRAL, Dr. Mário Henrique Simonsen, coube o privilégio de implantar, dar corpo e vida ao MOBRAL. Ao Presidente Geisel, ao Ministro Ney Braga e ao Presidente do MOBRAL, Engenheiro Arlindo Lopes Corrêa, cabe o mérito de dar continuidade, ampliar e levar o MOBRAL aos seus objetivos finais.

Concluindo, Sr. Presidente, transcrevo pequeno trecho do Relatório do nobre Senador José Lindoso, sobre a CPI do MOBRAL:

“O debate sobre a Fundação MOBRAL foi acerbo, por vezes, como possibilita a controvérsia, na busca da verdade. Mas, ela resistiu bem. Servirá para espanar a poeira da rotina, dar lições de prudência e humildade a dirigentes e fortalecê-la, enfim, como o reconhecimento de seu mérito, para, assim, continuar, com urgência, na sua tarefa de eliminar o analfabetismo do País.”

